

**O MODO DE VIDA CAMPONÊS: apontamentos a partir da comunidade
Caldeirão em Brejinho – PE**

**THE PEASANT WAY OF LIFE: notes from the Caldeirão community in
Brejinho – PE**

Aucilene Rodrigues da Silva*

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Paulo César Oliveira Diniz**

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

RESUMO

O presente texto tem como objetivo analisar as dinâmicas e estratégias familiares e coletivas desenvolvidas pelos camponeses(as) na comunidade Caldeirão, Brejinho/ PE, para assegurar sua reprodução social e o modo de vida camponês. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, realizada a partir da observação participante e realização de entrevistas semi-estruturadas, contendo questões sobre dinâmicas familiares e aspectos organizacionais da comunidade, socioeconômicos, produtivos e culturais vivenciados pelos (as) camponeses (as) na comunidade. O aporte teórico escolhido foi Bosetti (2012), Carvalho (2015), Sabourin (1999; 2009), Wanderley (2009; 2011; 2015); Nascimento Rosa e Stacciarini (2012; 2014) e Nabarro (2021). No que se refere aos resultados, foi constatado que os camponeses(as) se reproduzem socialmente e asseguram o modo de vida através de estratégias individuais/familiares (acesso à terra, produção diversificada, produção para o autoconsumo, mão de obra familiar, recebimentos de aposentadorias e benefícios) e por meios coletivos (participação na associação, feira, dentre outros) e também pela relação estabelecida com o espaço, isto é, as relações sociais e econômicas estabelecidas dentro da comunidade.

Palavras-chave: Campesinato. Modo de vida. Sociabilidade Rural. Reprodução social. Brejinho –PE.

ABSTRACT

The present text aims to analyze the family and collective dynamics and strategies developed by peasants in the Caldeirão community, Brejinho/PE, to ensure their social reproduction and the peasant way of life. The methodology adopted was of a qualitative nature, based on participant observation and semi-structured interviews, containing questions about family dynamics and community organizational, socioeconomic, productive and cultural aspects experienced by peasants in the community. The theoretical support chosen was Bosetti (2012), Carvalho (2015), Sabourin (1999; 2009), Wanderley (2009; 2011; 2015); Nascimento Rosa and Staccianiri (2012; 2014) and Nabarro (2021). With regard to the results, it was found that peasants reproduce socially and ensure their way of life through individual/family strategies (access to land, diversified

production, production for self-consumption, family labor, receipts from pensions and benefits) and by collective means (participation in the association, fair, among others) and also by the relationship established with the space, that is, the social and economic relationships established within the community.

Keywords: Peasantry. Lifestyle. Rural Sociability. Social reproduction. Brejinho – PE.

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.

** Professor de Sociologia no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande.

INTRODUÇÃO

Nas ciências sociais, assim como acontece em outras ciências, os fatos são descritos, transcritos e marcados conforme seu aparecimento ou desaparecimento. No que tange ao campesinato, este tipo social foi rotulado como “destinado ao fracasso e desaparecimento” pelas teorias clássicas marxistas em função da inserção do capitalismo no meio rural, através do processo de modernização da agricultura, ocorrido na Inglaterra, Alemanha e Rússia (BOSETTI, 2012).

Nessa perspectiva, o processo de modernização da agricultura não ocasionaria apenas modificação no modo de produção, mas profundas alterações no modo de viver da população rural, de modo que, inevitavelmente, os sujeitos do campo abririam mão do seu modo de vida para atender as demandas impostas pelo sistema capitalista.

É sabido que tal processo causou grandes interferências nos territórios e vida dos camponeses em diversas sociedades. No contexto brasileiro, Graziano Neto (1985) avalia que:

[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente (GRAZIANO NETO, 1985, p. 27).

A ampliação da área produtiva, o aumento na produção agrícola, elevação da economia, impactos ambientais, concentração fundiária, subempregos sazonais, desemprego, êxodo rural e desigualdade social são algumas das transformações observadas no meio rural brasileiro no contexto da modernização agrícola (TEIXEIRA, 2005).

Quando analisamos a região do Nordeste, percebemos que essa desigualdade ficou bastante perceptível, inclusive, entre as microrregiões dos próprios estados. Ela se deu através das políticas agrícolas modernizantes que privilegiaram as matérias-primas para indústria, tais como: cacau, cana-de-açúcar, soja, laranja dentre outros (KOURI; SANTOS, 1999), além de frutas para exportação, uma vez que tais produtos, em sua maioria, eram produzidos pela elite rural.

No entanto, apesar dessas profundas alterações ocorridas no campo, a existência e reprodução camponesa não foram aniquiladas, pois muitos camponeses que ficaram à margem desse processo, de várias formas (subordinadas, expropriadas, pluriativas etc.) continuaram a desenvolver suas atividades produtivas e reproduzir o modo de vida camponês (SABOURIN, 1999; CARVALHO, 2015).

Portanto, podemos afirmar que o campesinato está inserido na sociedade capitalista e se reproduz seja pela própria contradição do capital (que os subordina e os expropria) seja pela constante luta política – “a longa marcha” (OLIVEIRA, 2001) – em busca de seu espaço nessa sociedade, destacando-se a luta pelo acesso à terra frente aos embates com os grandes proprietários de terras e ao Estado e sua incessante ânsia pelo seu enquadramento no projeto de desenvolvimento da agricultura nacional (MARQUES, 2003). Ao mesmo tempo, os camponeses, enquanto parte desse modelo de sociedade e de produção, têm se deparado com novos fenômenos econômicos, sociais e culturais e, por isso, têm traçado novas estratégias de trabalho, produção e reprodução para permanecer no campo (NASCIMENTO ROSA; STACCIARINI, 2014). Diante disso, as comunidades rurais têm desenvolvido tanto relações mercantis como não mercantis e mantido práticas culturais e de reciprocidade, readaptadas para a nova realidade camponesa (SABOURIN, 1999).

Quando observamos a realidade de Pernambuco nota-se que de 281.682 das propriedades rurais existentes, 232.611 são propriedades da chamada agricultura familiar (IBGE, 2017). Isso significa pressupor que aproximadamente 83% desses sujeitos do campo, vivem em um modo de vida camponês.

Nesse sentido, o presente trabalho busca investigar a ambígua e problemática inserção dos camponeses nessa sociedade de mercado, destacando o contexto sociocultural de uma comunidade rural do semiárido pernambucano. Assim, o estudo parte das seguintes questões orientadoras: quais as dinâmicas e estratégias desenvolvidas pelos camponeses(as) na comunidade Caldeirão, Brejinho/ PE, para assegurar sua reprodução social e modo de vida camponês? Como os(as) camponeses(as) se articulam para manter sua autonomia e relações de reciprocidade, isto é, relações não exclusivamente capitalistas de produção?

O texto está estruturado em três seções, além desta introdução e uma breve conclusão. Inicialmente, será apresentada a área de estudo para, na segunda seção, discorrer sobre a tese do desaparecimento do campesinato, bem como sua permanência histórica em um modo de vida especificamente camponês. Na terceira seção, de forma mais longa, analisam-se as estratégias familiares e coletivas de reprodução social e de construção de um modo vida camponês, dentro da sociedade capitalista.

BREVE APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO¹

O município de Brejinho/PE está localizado na Microrregião Sertão do Pajeú; limita-se ao norte e ao oeste com o Estado da Paraíba, ao sul com os municípios de São José do Egito e Santa Terezinha e a leste com Itapetim. Abrange uma área territorial de 106,275 km² e uma população estimada de 7.489 habitantes, dos quais 3.921 residem na área rural (IBGE, 2017).

O nome Brejinho se deu em decorrência da existência de um baixio na estrada ao sul da sede municipal em que durante os períodos de seca as pessoas da localidade e de outros locais cavavam cacimbas em busca de água no subsolo para abastecer as suas residências e dessedentação animal. Com o passar do tempo, essas mesmas pessoas passaram a se dirigir a aquele lugar como Brejinho – em alusão ao termo “brejo”, significando um lugar frio e úmido,

¹ Este texto foi escrito com base na pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso- TCC.

que tem água no solo ou no subsolo raso – que, posteriormente, tornou-se o nome da cidade (NÓBREGA, 2017).

No que se refere à questão econômica da população, a principal fonte de renda é proveniente do emprego do setor público, incluindo efetivos e contratados. Destacam-se ainda as fontes provenientes de transferências de renda: programa bolsa família e aposentadoria rural. Complementam-se por meio das fontes de renda do comércio, da prestação de serviços e, por fim, das atividades na agricultura e pecuária (NÓBREGA, 2017).

Dentre as atividades agropecuárias, destacam-se a criação de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e aves (incluindo a produção de frango de corte em integração com a indústria de beneficiamento do produto) e as culturas de sequeiro: milho, feijão de corda, fava, batata doce e macaxeira e a cultura do caju (SILVA, 2015).

Atualmente, Brejinho é um município formado pela sede e três povoados: Placas de Piedade, Lagoinha e Ambó, Além disso, tem três vilas – Vila de Fátima, Vila Mariana e Matadouro/Boa Vista – e vinte e sete sítios/comunidades (GOMES, 2017), dentre eles a comunidade estudada: Caldeirão.

A comunidade Caldeirão dista, em média, 08 km a oeste da sede do município e o acesso a ela é feito por estrada vicinal. Segundo Silva (2015) a mesma adquiriu esse nome em virtude da quantidade de caldeirões (tanque de pedras) existentes no local.

A mesma é composta por famílias camponesas, na qual muitas delas são pluriativas (SILVA, 2015), pois associam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas para complementação da renda familiar. Dentre as atividades não-agrícolas desenvolvidas, destacam-se o pequeno comércio de bebidas (bares) e a prestação de serviços como costura, moto táxi/ taxista, cuidador de idoso e atividades na construção civil.

Em Caldeirão, praticamente, todas as famílias têm acesso à internet via rádio. Sendo que em 2020, em decorrência da pandemia pelo novo coronavírus, várias famílias tiveram que contratar esse serviço para atender às demandas educacionais. Cabe destacar que a despesa com esse serviço é custeada pelas

próprias famílias. Essas, em sua maioria, dispõem de aposentadoria rural ou auxílio Brasil.

A comunidade conta com o serviço de agente comunitária de saúde que atende as comunidades de Caldeirão e Lagoas dos Campos, prestando atendimento como verificação de pressão (quando solicitado), orientações sobre pré-natal para as gestantes, divulgação sobre campanhas de vacinação, dentre outras funções. Quando as famílias necessitam de atendimento médico, se deslocam para Vila de Fátima, que fica a cerca de cinco quilômetros da comunidade, para serem atendidas pelo Programa Saúde da Família - PSF ou, em caso mais graves, se deslocam para a cidade de Brejinho-PE.

Na referida comunidade não existe escola ativa. A estrutura física é utilizada para os encontros da associação comunitária, para as festividades (dia das mães e das crianças) e atividades coletivas, tais como: vacinações de crianças e idosos, dos animais (gatos e cachorros), exames de vista dentre outras atividades em prol da população.

O CAMPESINATO (R)EXISTE EM MEIO AO CAPITALISMO

A teoria do desaparecimento do campesinato foi formulada inicialmente por Karl Marx no século XIX e, posteriormente, teve continuidade por Lênin e Kautsky. A tese ganhou grande visibilidade no campo acadêmico devido ao processo de industrialização/modernização da agricultura, vivenciado na Inglaterra, Alemanha e Rússia em diferentes momentos, que significativamente contribuiu para a diminuição da população do campo e, por conseguinte, do campesinato (BOSETTI, 2012). A tese de Marx (1996 apud CARVALHO, 2015, p. 04) dizia que “na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário, à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado”. Para Carvalho (2015), Marx fez uma leitura dos acontecimentos no campo a partir do entendimento de classe social, defendendo que o camponês forçadamente abriria mão da sua dinâmica familiar em decorrência do processo de industrialização do campo, na qual, o camponês se tornaria, portanto, ou burguês agrário ou proletário rural.

Diante desse contexto, os teóricos posteriores a Marx defendiam que o desenvolvimento do capitalismo e sua entrada no campo, por meio do processo de modernização da agricultura, poderia levar ao fim do campesinato e, automaticamente, do modo de vida camponês. Na visão de Lênin, por exemplo, não existia lugar para o camponês na sociedade capitalista. Em suma:

O campesinato antigo deixa de existir, se destroi, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural que constitui a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil. Os novos tipos são a burguesia e o proletariado rural (LÊNIN, 1985 apud BOSETTI, 2015, p.07).

Para Kautsky, analisando o contexto alemão, a agricultura sofreria uma modificação no sistema produtivo semelhante ao que estava acontecendo na indústria, sendo o intuito principal a especialização produtiva e centralização do capital. “Essa lógica aplicada à agricultura, levaria o campesinato ao ‘desaparecimento’ tal como havia acontecido com os artesãos diante do desenvolvimento do sistema fabril” (KAUTSKY, 1980 apud BOSETTI, 2015, p. 05).

Em contrapartida às ideias apresentadas pelos autores acima, um autor russo chamado Chayanov tinha outra posição sobre essa inexorabilidade da condição camponesa defendida pelos seus pares. Ou seja:

O modo de produção capitalista era predominante, mas não único, o que, por seu turno, implica que a economia camponesa deveria ser tratada como um sistema econômico próprio não capitalista, com análises e parâmetros diferentes dos habituais (CHAYANOV, 1974 apud CARVALHO, 2015, p. 08).

O que implica dizer que, para Chayanov, a agricultura camponesa tinha que ser olhada por outro ângulo em que os fenômenos no campo não fossem pensados exclusivamente em termos de capital; e que os outros tipos de economia não capitalistas fossem desconsideradas, colocadas na invisibilidade.

As ideias construídas por Marx, Lênin e Kautsky tiveram grande influência no mundo acadêmico e político, contudo não foram confirmadas, de modo que o campesinato não desapareceu. Já a ideia apresentada por Chayanov sobreviveu até os dias e é fundamental para a compressão que o campesinato atual desenvolve e cria suas próprias estratégias de reprodução

social, de maneiras de existir e de resistir. Acerca dessa afirmação, autores como Guzmán; Molina (2013) e Carvalho (2015) defendem que:

O campesinato sempre existiu e sempre vai existir; que ele encontra formas de cooperação e cria espaço próprio dentro do modo de produção no qual se produz e reproduz. Portanto, a tese do “fim do campesinato” não tem fundamentação, serve apenas de instrumento de luta ideológica para justificar o modelo dominante de produção agrícola (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 10)

O campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas ao contrário, trata-se de um sistema econômico sobre cuja existência é possível encontrar as leis de sua própria reprodução e desenvolvimento (CARVALHO, 2015, p.08).

Nessa perspectiva, autores como Wanderley (2009; 2015), Shanin (2008), Sabourin (1999; 2009), Oliveira (1991; 2001) e Nascimento Rosa e Stacciarini (2014) têm desenvolvido trabalhos que vão para além do apontamento da existência do campesinato em meio ao sistema de produção capitalista no Brasil, mas evidenciando a necessidade de estudar o modo de vida camponês para que possamos aprender com eles a viver e resolver com criatividade os problemas causados pela insustentabilidade do sistema de produção capitalista que afeta toda a sociedade.

Para Oliveira (2001, p.185), a existência do campesinato no território brasileiro se dá mediante a própria contradição do sistema capitalista: “o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele”. Já no entendimento de Wanderley (2015, p. 27), a existência do campesinato no Brasil já é algo consolidado, porém é necessário “compreender, em cada caso, as estratégias – fundiárias, produtivas e familiares” existentes, ou seja, o modo de vida camponês e as suas especificidades.

Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Nós não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades (SHANIN, 2008 apud PAULINO; FABRINI, 2008, p.28).

Estudar a economia camponesa tem sua importância pelo fato de apresentar particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito, segundo Wanderley (2009), aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. Esse último aspecto é ressaltado por Sabourin (1999, p. 41) uma vez que, em comunidades rurais, há uma “permanência de prestações econômicas não mercantis e o manejo comunitário de bens ou recursos coletivos no marco de uma integração parcial ao mercado.”

Nesse tocante, Nascimento Rosa e Stacciarini (2014) apontam que o campesinato, enquanto tipo social integrante do capitalismo, tem se deparado com novas condições econômicas, sociais e culturais e desenvolvido estratégias de trabalho, de produção e reprodução social. Já para Sabourin (1999), estas práticas são desenvolvidas, sobretudo, no sertão nordestino devido à invisibilidade da produção camponesa perante as políticas e projetos de desenvolvimento local, inclusive, pela falta de apoio às associações comunitárias e cooperativas e manejo das infraestruturas comunitárias.

Enfim, o entendimento de modo de vida é um produto da cultura e está associado ao convívio social (costumes, formas de interação, de agir, pensar e viver). Para retratar a compreensão sobre o modo de vida camponês, destacam-se nesse sentido duas dimensões: material e imaterial.

O modo de vida [camponês] se realiza, então, a partir de dimensões materiais e imateriais, como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo práticas territoriais, com produção de territorialidades e territórios, relacionados, assim, à sociedade e à natureza (SUZUKI, 2013 apud NABARRO, 2021, p.30).

A racionalidade camponesa detém o material, o imaterial, dizem Benfica, Carvalho e Witkoski (2019) e não visa, de forma exclusiva à obtenção de lucro.

Em um viés material, são realizadas a produção e a comercialização de mercadorias para o abastecimento familiar, a reprodução econômica da família e a troca de bens entre os indivíduos. Em um viés imaterial, destaca-se o etnoconhecimento, a troca de saberes entre os indivíduos, a conservação da biodiversidade, a religiosidade, as crenças, os mitos, entre outros (BENFICA; CARVALHO; WITKOSKI, 2019, p. 14).

Essas dimensões são fundamentais na construção da identidade camponesa e na visualização de sua condição de autonomia, “perante as relações capitalistas de produção”, segundo Nascimento Rosa e Stacciarini (2012, p. 9). Isto é, essa autonomia relativa se manifesta através da maneira como eles estão organizados em suas terras e em comunidade e também mediante a forma de gestão do tempo, recurso e espaço que são divergentes da lógica capitalista.

Em suma, é importante deixar claro que o campesinato de forma geral – e de Caldeirão, em específico – não está independente ou desconectado do sistema global. Estamos considerando que ele está atrelado a esse sistema, sob variadas formas. Nesse sentido, o desafio atual das ciências sociais tanto do ponto de vista reflexivo como metodológico é compreender o modo de vida camponês dentro da economia capitalista. O campesinato está longe de desaparecer, portanto, “ele não só continua presente, como pode representar uma forma alternativa ao modelo produtivista hegemônico” (BOSETTI, 2012, p. 143) que é excludente socialmente e degradante ambientalmente, pode-se completar.

REPRODUÇÃO SOCIAL E MODO DE VIDA CAMPONÊS EM CALDEIRÃO

Diante da análise dos clássicos, percebeu-se que a tese do desaparecimento do campesinato não se confirmou e que as pequenas propriedades rurais não sumiram com o avanço do capitalismo na agricultura. Guiados pela concepção de Nascimento Rosa e Stacciarini (2014), compreendemos que as unidades familiares possuem uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições.

Essa reprodução acontece de maneira dinâmica uma vez que a própria sociedade se desenvolve por meio de um processo desigual e contraditório. Esse processo provoca mudanças e transformações na organização social que força os indivíduos, nesse caso os camponeses, a produzirem suas estratégias de reprodução (DONATON, 2013).

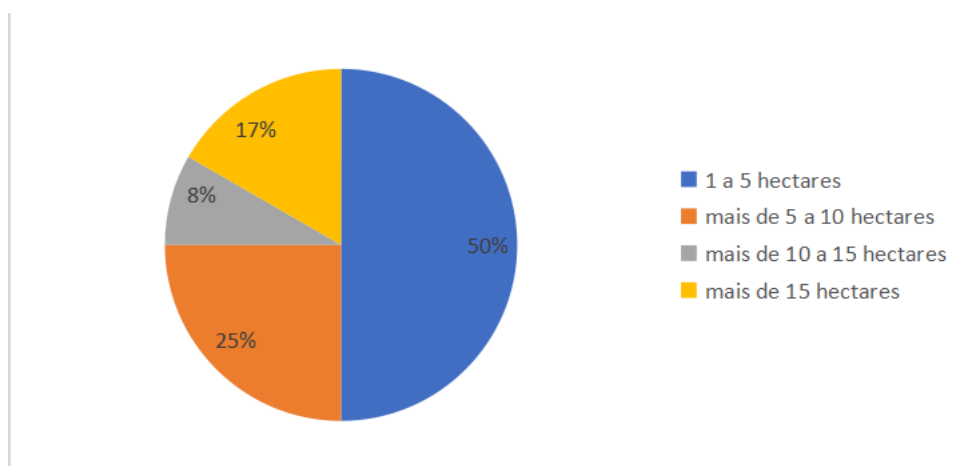
Essas estratégias de reprodução, por sua vez, podem ser compreendidas aqui como sendo respostas dadas às adaptações e peculiaridades da unidade

familiar. Por esta razão, propõe-se que elas sejam analisadas em conjunto com os fatores sociais, econômicos e culturais no qual os camponeses estão inseridos, sem desconsiderar o contexto em que ele se encontra.

Dinâmicas para a reprodução social no âmbito familiar

Para os camponeses, a terra é o principal elemento de reprodução social e, muitas das vezes, é o único meio para satisfazer as suas demandas familiares (DONATON, 2013). No entanto, ao analisarmos os dados obtidos na comunidade, vimos que, na maioria dos casos, os camponeses não possuem terras que lhes permita uma estabilidade econômica, conforme evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Estratos de área das unidades produtivas estudadas



Fonte: Pesquisa de campo realizada em fevereiro/abril de 2022.

De acordo com SILVA (2015), no município de Brejinho/ PE, uma propriedade para assegurar a estabilidade econômica para os agricultores deve ter, no mínimo, 40 hectares. Quando averiguamos sobre essa questão, descobrimos por meio das narrativas dos interlocutores que 50% dos camponeses são arrendatários. Conforme conceito do IBGE citado por Graziano da Silva (1985), arrendatários são pequenos agricultores que pagam uma quantia fixa, em dinheiro ou produtos, ao proprietário da terra. O que implica dizer que para garantir sua reprodução eles desenvolvem diversas estratégias, dentre elas: trabalhar em outras propriedades.

Por via de regra, na comunidade estudada, os camponeses pagam pelo uso da terra com produtos, sendo acordado o pagamento de 4/1, isto é, a cada quatro sacos produzidos, são três sacos para aquele que produziu e um para o dono da terra. Raramente, se paga com dinheiro. Todavia, isso pode ocorrer no caso do arrendatário não ter lucrado o suficiente para o seu consumo familiar e precisar comprar o milho e/ou feijão posteriormente. Nesse contexto, ele opta por pagar pelo uso da terra com o dinheiro para ficar com o produto, em virtude de saber a procedência do mesmo.

Percebemos que o milho e o feijão são as principais culturas plantadas na área estudada, estando presente em 100% das unidades. Inclusive, constatamos que em algumas situações os camponeses trabalham em outras propriedades para que possam produzir o milho já que em sua propriedade o solo não é adequado por ser arenoso. Como expressado por uma das camponesas:

Nós trabalhamos também lá na casa da avó dele ou na ladeira, na terra do meu irmão, por conta da terra lá ser barro e o pessoal fala que barro é melhor para o milho. Então, a gente entende que por aqui ser areia é melhor para feijão (CAMPONESA 08, 2022).

Outras culturas temporárias (fava, mandioca e melancia) e permanentes (pinha, banana, manga, acerola, goiaba, limão, mamão e maracujá) foram visualizadas nas unidades produtivas. Além delas, vimos também plantas forrageiras, como palma, capim de corte que são utilizadas para alimentação animal.

Habitualmente, as sementes utilizadas são guardadas da colheita anterior para o plantio seguinte em pequenos bancos de sementes individuais (figura 1). A motivação pela qual os camponeses preferem utilizar as sementes advindas da própria colheita, não se limita a economia que isto implica, mas a certeza da seleção cuidadosa (realizada pelo saber herdado de seus antepassados) das melhores sementes e, conseqüentemente, uma boa produção a ser obtida.

Figura 1: Banco de semente individual



Foto: Aucilene Rodrigues, em março de 2022 e Aldi Guedes, em 2022

Foram citados ainda, por um lado, a troca de sementes na feira de saberes, sementes e sabores e, por outro, o empréstimo e/ou doação de sementes entre os vizinhos, bem como a aquisição por meio do Programa Terra Pronta² como mecanismo para garantir uma boa semente para a produção (figura 2).

Figura 2. Formas de aquisição das sementes

(1)

(2)



1- Representantes da comunidade Caldeirão na feira de saberes, sementes e sabores. **2-** Vice-presidente da associação distribuindo as sementes do Programa Terra Pronta.

Foto: Aucilene Rodrigues, em setembro/2019 e março/2022.

² O programa foi criado no ano de 2008, por determinação do Governador Eduardo Campos. O programa garante aos agricultores o preparo mecanizado das terras e o acesso a sementes (milho, feijão e sorgo) de qualidade. A realização das atividades ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, através do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA, 2008).

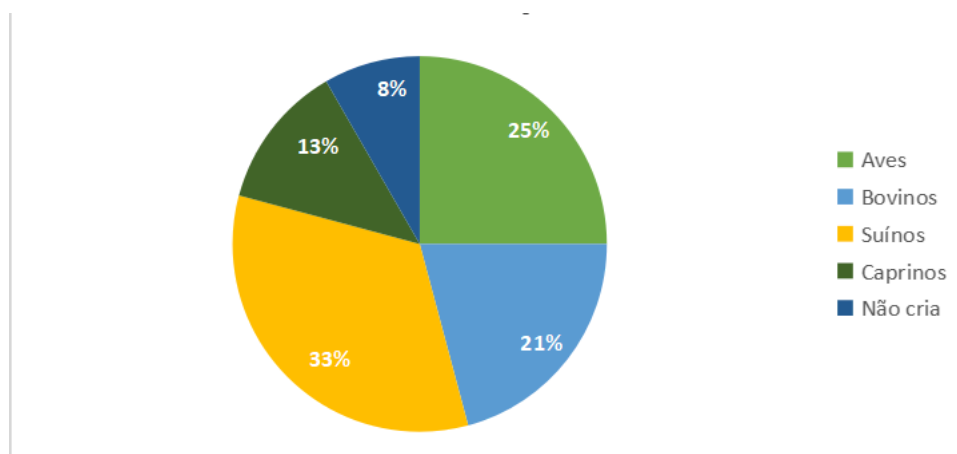
No que tange ao destino dos produtos, vimos que o(a) camponês(a) prioriza o consumo (humano e animal), vendendo apenas o excedente da produção, ou seja, a garantia da segurança alimentar da família (WANDERLEY, 2011). Além disso, é bastante comum a prática de partilhar os produtos com os familiares, compadres e vizinhos, reforçando uma característica econômica do campesinato: a reciprocidade (SABOURIN, 2009).

Identificamos que, na comunidade, a mão de obra familiar é a base da produção, porém existem situações em que as famílias necessitam da mão de obra de outras pessoas no desenvolvimento de suas atividades produtivas, tais como: preparação da terra (aração), limpeza da lavoura e colheita. Podemos dizer que o camponês em períodos de maiores serviços tanto conta com a mão de obra de outras pessoas de fora da unidade familiar no desenvolvimento das suas atividades como vende sua mão de obra para outros que necessitem de mais mão de obra do que dispõe no seio familiar.

O pagamento por essa mão de obra nem sempre ocorre com o dinheiro em si. Em alguns casos, a diária é paga por meio de outros serviços, por exemplo, abastecimento de água ou por aquisição de produtos vendidos pelos camponeses como: leite, queijo, carne suína, caldo de cana, galinha capoeira dentre outros.

Em referência a criação de animais, constatamos que essa atividade é bastante importante dentro das unidades produtivas, pois os animais são tidos como fonte de alimento, renda e força de trabalho, principalmente, na época de estiagem em que é necessário buscar água e ração em locais distantes das unidades. Geralmente, as famílias que criam animais conciliam ao menos duas espécies, sendo mais criados os suínos (33%), as aves (25%) e os bovinos (21%), presentes em 79% das unidades estudadas, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 2. Participação dos rebanhos nas unidades produtivas



Fonte: Pesquisa de pesquisa realizada em fevereiro/abril de 2022.

A preferência por essas espécies é estabelecida de forma estratégica pelas famílias. No caso dos suínos e aves, a escolha se dá pelo fato de que a criação de um pequeno número permite o aproveitamento do resto de culturas para alimentação e também pela venda imediata desses animais para atender as necessidades familiares. Como frisado pela entrevistada:

Agora mesmo eu vou ter que me desfazer dos porcos para honrar com um compromisso. Eu queria mesmo era vender a vaca, mas é mais demorado vender bicho grande tem que ver bem os preços, ir às feiras e oferecer a mais de um comprador para evitar prejuízo (ENTREVISTADA 06, 2022).

De acordo com ela, a venda de suínos é realizada, quase sempre, na própria comunidade por meio da comercialização da carne, sendo o abate do animal³ praticamente um evento comunitário onde a vizinhança se reúne para aquisição da carne e para degustar da rabada que é ofertada pelos donos da casa ao final da matança. Já no caso dos bovinos, é comum encontrar nas unidades uma “junta de boi⁴” destinado a força de trabalho e uma “vaca de bezerro”⁵ para assegurar o consumo do leite e/ou queijo da família. Vimos que, na maioria dos casos, as famílias não ampliam o número de animais devido a pouca disponibilidade de terra.

³Sobre isso os camponeses(as) relataram que o abate na comunidade se dá pelo fato de que o município não dispõe de matadouro e que precisaria se deslocar e pagar transporte para cidade vizinha para fazer o abate [o que não seria viável financeiramente para eles(elas)]. Além disso, demonstram incertezas quanto à higienização do local de abate lá, nas palavras deles: “quem garante que lá é limpo mesmo? Aqui eu garanto viu! E todos que vão consumir vêm e ver como é feito a matança”.

⁴Denominação dada a uma dupla de bois treinados e usados para realização de atividades rurais.

⁵Nome dado ao animal destinado a ordenha.

Algumas estratégias são usadas pelos camponeses para garantir a alimentação desses animais, dentre elas: o aluguel de pastagens (em áreas próximas e, às vezes, distantes de suas unidades) e a preparação de ensilagem que, geralmente, é feita por meio de mutirão (figura 3).

Figura 3. Mutirão no desenvolvimento de atividades agrícolas



Foto: Aucilene Rodrigues, em julho de 2021.

Diante do exposto, concordamos com Santos (1981) quando menciona, em seus estudos decoloniais, que o campesinato é complexo e multifacetado e julgá-lo a partir do conhecimento da ciência moderna e da racionalidade capitalista é uma prática reducionista e mutiladora. Logo, o campesinato tem formas e motivações próprias que estão ligadas ao trabalho, ao processo organizacional e a sua cultura.

Dinâmicas coletivas, sociabilidade e reprodução social

Vale destacar que o processo organizacional da comunidade gira, praticamente, em torno da Associação Comunitária Rural do Sítio Caldeirão. A mesma foi criada no dia 28 de fevereiro de 1995 com o objetivo de reivindicar algumas melhorias para comunidade, prioritariamente, energia elétrica e reconstrução do açude do padre.

A associação desenvolve um papel articulador, servindo de ponte entre os camponeses e as instituições externas como Secretaria de Agricultura, Sindicato, Organização não Governamental – ONG e universidade, resultante em inserção de alguns programas, projetos, cursos de capacitações e “dia de campo” na preparação de ração animal e conservação do solo dentre outros.

Verificamos que tanto as reuniões ordinárias da associação quanto os demais eventos e encontros articulados a partir dela são espaços de sociabilidade para os(as) camponeses(as). Conforme exibido pela entrevistada: “Essas reuniões e encontros são importantes porque a pessoa aprende sobre muitas coisas e sai de casa um pouquinho né?” (ENTREVISTADA 11, 2022).

Além dos eventos ligados à associação, os cultos e festividades religiosas (tanto evangélicas, como católicas) são espaços essenciais para a sociabilidade camponesa. A comunidade não dispõe de igreja (enquanto estrutura física) evangélica ou católica. Então, as pessoas se deslocam para outra localidade para participar dos cultos, missas e festividades. Para isso, elas se articulam e vão ao mesmo horário de moto ou alugam um carro para que todos possam ir juntos e em segurança já que frequentemente esses eventos são noturnos. Esses espaços acabam por serem encontros de fortalecimento da fé e da sociabilidade, pois as pessoas compartilham temas da vida cotidiana, as dificuldades, os anseios e são acolhidas e ajudadas pelos membros da igreja.

Outro espaço de sociabilidade identificado foi o açude de “Tião”. Nele ocorrem as pescarias e os banhos de açude durante o inverno quando ele está sangrando. Os banhistas são homens, mulheres, jovens e crianças da comunidade e de outras localidades que se reúnem aos finais de semana para tomar banho, conversar, dar risadas, brincar e desfrutar da companhia uns dos outros. Para Simmel (1983), a sociabilidade está vinculada ao sentimento despertado nas pessoas por estarem se relacionando umas com as outras, de modo a sentirem prazeres com esse relacionamento, uma relação lúcida entre os indivíduos e que provoque prazer. Esta sociabilidade também pode ser baseada em interesses e necessidades específicas do indivíduo ou grupo. Portanto, “além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso” (SIMMEL, 1983, p. 169).

Desta forma, a associação, a igreja e o açude são tidos como elementos estruturantes da vida social dos(as) camponeses(as), visto que são

espaços de mobilização social, fé e lazer, ou seja, da sociabilidade camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve como objetivo analisar as dinâmicas desenvolvidas pelos(as) camponeses(as) na comunidade Caldeirão, Brejinho/PE, para assegurar sua reprodução social e o modo de vida camponês. Reiteramos que a compreensão do modo de vida aqui abordada está associada ao modo de se organizar, pensar, agir e viver das pessoas/grupos. No caso específico de Caldeirão, essas pessoas são agricultores familiares que, em sua minoria, adquiriram a posse da terra por herança e possuem laços de parentesco, compadrio e vizinhança, características que lhes atribuem uma identidade camponesa.

No que se refere às indagações da pesquisa empírica, foi constatado que os camponeses(as) se reproduzem socialmente e asseguram o modo de vida através de estratégias individuais (acesso à terra, produção diversificada, produção para o autoconsumo, mão de obra familiar, recebimentos de aposentadorias e benefícios) e por meios coletivos (participação na associação, feira, dentre outros) e também pela relação estabelecida com o espaço, isto é, as relações sociais e econômicas estabelecidas dentro da comunidade.

Dentre as dinâmicas desenvolvidas e/ou adotadas pelas(os) camponeses podemos citar:

- a) As práticas de reciprocidade entre parentes, compadres e vizinhos;
- b) A reprodução das práticas produtivas e culturais motivadas pelos conhecimentos tradicionais perpetuados/repassados de geração para geração;
- c) Inclusão de novos mecanismos na comercialização dos produtos dentro e fora da comunidade, a exemplo, whatsapp;
- d) A participação na associação e espaços coletivos e parcerias e/ou apoio das instituições externas (Secretaria de Agricultura, Sindicato, IPA, ONG's e universidades).

Embora a parceria e/ ou apoio de instituições externas possa ser um ponto delicado e passível de crítica dentro do campo teórico, compreendemos como sendo um elemento positivo para a reprodução social das comunidades camponesas. No entanto, reconhecemos que é preciso cautela e criticidade no que diz respeito às ações desenvolvidas por elas nesses espaços para que as atividades não acabem indo de encontro aos interesses e valores da população do campo.

Além disso, não poderia escapar desta análise, a menção das dificuldades enfrentadas pelos(as) camponeses(as) como o acesso à terra em quantidade suficiente para garantir a estabilidade econômica dos mesmos, o *déficit* em assistência técnica qualificada e voltada para agricultura camponesa e o acesso às políticas públicas para incentivar, diversificar e fortalecer a agricultura familiar a fim de garantir a segurança alimentar e acesso a mercados socialmente construídos, evitando que os camponeses sofram exploração do mercado capitalista.

Por fim, o que se constatou neste trabalho foi que, apesar de todas estas estratégias desenvolvidas pelos camponeses(as), eles ainda têm sua reprodução social ameaçada pela fragmentação progressiva da terra, porém é evidente o caráter de resistência (consciente ou não) destes em permanecerem no campo e reproduzir seu modo de vida. Todavia, muitos desafios ainda precisam ser vencidos.

REFERÊNCIAS

BENFICA, Thalita Pedrosa Vieira de Carvalho; CARVALHO, Martha Benfica do Nascimento de; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Modo de vida camponês e identidade indígena na comunidade Dom Pedro II, em Barcelos, AM**. Dossiê Amazonas, Barcelos, 2019.

BOSETTI, Cleber José. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. **Revista IDeAS**, v.5. n.2, p. 08-32, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/87/87>

CARVALHO. Joelson Gonçalves de. **Camponês e campesinato**: contribuições teóricas de uma evidência empírica no Brasil. In: 39º Encontro Anual da Anpocs.

São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs>

DONATON, Gabriela. **Estratégias de reprodução social e econômica em pequenas unidades produtivas rurais: o caso dos bairros rurais 1º de maio/Timburi e Ponte Alta/Córrego da Onça no Município de Presidente Prudente (SP).** 122f. Monografia (Bacharel em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2013.

GOMES, Enedina Leite de Vasconcelos. **Brejinho, uma estrela que brilha na nascente do Pajeú.** Brejinho, 2017.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2017.** Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/brejinho/panorama>.

IPA. **Instituto Agrônomo de Pernambuco.** Disponível em:
http://www.ipa.br/noticias_detalhe.php?idnoticia=244&secao=1.

KOURI, Joffre; SANTOS. Robério Ferreira dos. **Efeitos do processo de Modernização tecnológica na produção agrícola do Nordeste Brasileiro.** Repositório Alice- Acesso Livre a informações Científica da Embrapa. Amapá, 1999.

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. IN: BERTONCELLO, R.; CARLO, A. F. (orgs). **Procesos territoriales em Argentina y Brasil.** Buenos Aires, 2003 (p. 183-199).

NABARRO, Sergio Aparecido. O Conceito Modo de Vida no Pensamento Social Moderno. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales.** V. XXVI, n. 1.316. Barcelona, 2021.

NASCIMENTO ROSA, M. do; STACCIARINI, J. H. R. **Os camponeses: uma leitura necessária.** Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. Anais...Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014.

NASCIMENTO ROSA, M. do; STACCIARINI, J. H. R. **As estratégias de reprodução camponesa na luta pela permanência na terra: uma leitura a partir da Comunidade Ribeirão município de Catalão/GO/Brasil.** Goiás, 2012.

NÓBREGA, Antônio Adriano. **Grupo de Mulheres Art's e Barro de Brejinho – PE: o enfrentamento a pobreza e a luta por um espaço de inclusão social pelo**

trabalho. 87f. Monografia (Bacharel em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. v. 15, n. 43, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e Territórios de Disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. v. 165, n. 20, p. 41-49, Campina Grande, 1999.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A pequena agricultura e as ciências sociais. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 12/13, nº7/8. p. 559-563, dez 1981.

SILVA, Valcilene Rodrigues da. **Pluriatividade e Sustentabilidade em Comunidades do Semiárido Nordestino**. 149f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SIMMEL, G. **Sociologia**. Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho; São Paulo: Ática, 1983.

TEIXEIRA, J.C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v.1, n.2, p. 21-42, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. (p. 155-184)

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, vol.52, 025-044, Piracicaba, SP, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2011.